

**ANEXOS DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS**

DEMONSTRATIVO I

LRF, art. 4º § 1º

R\$ milhares

Especificação	2012			2013			2014			2015		
	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB)x100	Valor Corrente (D)	Valor Constante	% PIB (D/PIB)x100	Valor Corrente (D)	Valor Constante	% PIB (D/PIB)x100	Valor Corrente (D)	Valor Constante	% PIB (D/PIB)x100
Receita Total	15.401.349	16.189.898	19,55	17.073.918	17.990.787	20,15	18.531.884	19.336.168	20,46	19.944.100	20.955.266	20,45%
Receitas Primárias (I)	14.734.978	15.489.409	18,71	16.292.072	17.166.957	19,23	17.669.480	18.436.335	19,51	19.210.417	20.184.385	19,70%
Despesa Total	15.401.349	16.189.898	19,55	17.073.918	17.990.787	20,15	18.531.884	19.336.168	20,46	19.944.100	20.955.266	20,45%
Despesas Primárias (II)	14.647.682	15.397.644	18,60	16.203.749	17.073.890	19,13	17.606.222	18.370.332	19,44	19.146.725	20.117.464	19,63%
Resultado Primário III=(I-II)	87.296	91.765	0,11	88.323	93.066	0,10	63.257	66.003	0,07	63.692	66.456	6,53%
Resultado Nominal	790.455	830.927	1,00	435.706	459.103	0,00	611.211	637.738	0,00	-698.768	-734.196	-0,07%
Dívida Pública Consolidada	3.499.427	3.678.598	4,44	4.037.106	4.253.899	0,00	4.692.577	4.896.235	0,01	3.847.757	4.042.838	0,39%
Dívida Consolidada Líquida	2.581.594	2.713.772	3,28	3.017.300	3.179.329	0,00	3.628.511	3.785.988	0,00	2.929.742	3.078.280	0,30%

Fonte: SEPOF/CFIS

Nota: Valores Constantes a Dez/ 2011 (IPCA)

Obs: PIB 2012 - R\$ 78.763 MIL
PIB 2013 - R\$ 84.717 MIL
PIB 2014 - R\$ 90.577 MIL
PIB 2015 - R\$ 97.519 MIL

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2013
ANEXO DE METAS FISCAIS**

METAS ANUAIS

A elaboração das Metas Fiscais da LDO 2013, foi orientada pela perspectiva de retomada do crescimento econômico, conjugada à redução das taxas de juros e dos índices inflacionários, bem como ao alcance de metas fiscais que possibilitem o reequilíbrio fiscal do Estado do Pará.

As perspectivas para 2012 e 2013 indicam crescimento real anual do PIB Estadual de 4,6% e 5,4% que, comparado ao PIB nacional de 4,5% e 5,5% respectivamente, mostra que o Estado encontra-se com o crescimento no mesmo patamar favorável que o PIB nacional. Essas estimativas consolidam a aceleração do crescimento, em relação ao ano passado, em resposta aos diversos incentivos e à solidez do crescimento estadual, mesmo em um cenário incerto.

Os indicadores econômicos e financeiros definidos para o triênio 2013 – 2015 refletem essa tendência. A economia paraense deverá ter crescimento médio de 5,6% no período, incremento que, aliado ao nível médio inflacionário em torno de 4,9%, medido pela IPCA, deverá refletir positivamente nos indicadores fiscais do Setor Público, possibilitando assim a consolidação do perfil das contas do Estado do Pará, em conjunto com a elevação do seu desenvolvimento econômico e social.

Essas metas fiscais confirmam, portanto, o compromisso do governo com a responsabilidade fiscal, o que contribuirá para a estabilidade econômica e para o crescimento sustentado do Estado com inclusão social.

Na projeção das metas adotou-se como ponto de partida, excluindo as externalidades, as receitas realizadas no exercício de 2011, sendo que, para aquelas de origem tributária e que tenham vínculo direto com o desempenho da economia, foi acrescido anualmente, a taxa de crescimento do PIB estadual e a inflação mensurada pelo IPCA. Na projeção da receita tributária foi acrescida, também, a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM), aprovada na Lei nº 7.591 de 28 de dezembro de 2011 e regulamentada pelo Decreto nº 386 de março de 2012. A TFRM cobrada será de 3 unidades padrão fiscal do Estado do Pará (UPF-PA), vigente no período do pagamento, por tonelada de minério extraído. De acordo com o art. 4º da lei nº 7.591 de 2011, são isentos do pagamento da TFRM, o microempreendedor individual (MEI), a microempresa e a empresa de pequeno porte.

Para as demais receitas, utilizou-se apenas o indicador inflacionário. No caso das transferências constitucionais da União, a exemplo do FPE, utilizou-se a estimativa da Secretaria do Tesouro Nacional.

INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS – 2013/2015

Indicadores	2013	2014	2015
DÓLAR (R\$)	1,90	1,75	1,98
IGP-DI (%)	5,74	5,08	5,36
IPCA (%)	5,37	4,34	5,07
IGP -M	6,18	5,14	5,48
TR (%)	1,24	1,16	1,09
Taxa SELIC (%)	10,25	9,50	10,75
TJLP (%)	6,00	6,00	6,00
PIB (%)	5,40	6,30	5,10
Salário Mínimo – R\$	675,00	720,00	779,00

Fonte: IDESP

No âmbito da despesa, cujos principais itens têm características bem diferenciadas, foram utilizados os seguintes parâmetros:

1. Pessoal: folha realizada de março/2012, acrescida do aumento vegetativo, a inclusão de novos servidores nomeados, corrigidos pela variação percentual do PIB e pelo IPCA;
2. Dívida Pública: foram utilizados todos os indicadores financeiros, uma vez que cada contrato da dívida estadual tem um determinado parâmetro de correção financeira;
3. Transferências Constitucionais aos Municípios, Limites dos Outros Poderes e parcela dos recursos vinculados à manutenção do ensino e às ações dos serviços públicos de saúde, nos termos do art. 212, § 1º da Constituição Federal e da Emenda Constitucional nº. 29, de 20 de setembro de 2000, foram definidos considerando os limites legais; e
4. Os demais itens de dispêndios: influenciados pelo comportamento da inflação medida pelo IPCA, bem como pelos demais indicadores relacionados à respectiva despesa (IGP-DI, IGP-M, INPC, INCC e variação do dólar, quando couber).

O Demonstrativo I – Metas Anuais, evidencia que o Estado do Pará, no triênio 2013/2015, continuará a apresentar o equilíbrio de suas contas, já resgatado em 2011, quando apresentou resultado primário surpreendente (R\$ 989 milhões) indicando que o desajuste ocorrido no exercício de 2010, é fato passado e não mais impactará na prestação dos serviços à população, apesar de ter abalado a estrutura fiscal do Estado naquele ano.

Estima-se que, em 2013, a receita total apresente o montante de recursos na ordem de R\$ 17,073 bilhões. Desta, a receita primária é da ordem de R\$ 16,292 bilhões, contra despesas primárias de R\$ 16,204 bilhões, gerando um superávit primário de R\$ 88,323 milhões, que, somado às receitas financeiras na

ordem de R\$ 782 milhões, serão suficientes para que o Estado conclua mais um exercício com resultado orçamentário equilibrado.

Para os demais exercícios, 2014 e 2015, o desempenho fiscal do Estado, permanece equilibrado, apresentando superávit primário de R\$ 63,257 milhões e R\$ 63,692 milhões, respectivamente.

Quanto ao resultado nominal, indicador que mensura o comportamento do endividamento público, registrará em 2013, R\$ 435,706 milhões, resultado da diferença entre a dívida consolidada líquida desse exercício, na ordem de R\$ 3,017 bilhões, e de 2012, que deverá registrar o montante de R\$ 2,582 bilhões.

Em relação a 2014, a dívida líquida estadual apresentará crescimento de 20,26% em valores correntes, resultando num acréscimo de R\$ 175,505 milhões no resultado nominal do exercício, cujo resultado deve-se principalmente à captação de novas operações de crédito para projetos de grande relevância para o Estado, como o Sistema de Transporte Metropolitano e projetos na área de saneamento, e ainda, em virtude de alterações em indexadores utilizados para a previsão da dívida, dentre outros.

Em 2015 projeta-se um cenário diferente, em função do início de amortizações de contratos já em fase de carência e da redução no nível de captação de novas operações de créditos, quando se verifica que a dívida pública consolidada líquida decresce 19,26% em relação a 2014, registrando assim um resultado nominal negativo de R\$ 698,768 milhões, quando a dívida consolidada líquida poderá chegar a R\$ 2,930 bilhões.

Quanto ao nível de endividamento do Estado do Pará, conforme Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, demonstra que o Estado está abaixo do limite legal de 200% da Receita Corrente Líquida (RCL), tendo atingido em 2011, 30,17% da RCL, ou seja, apresentando um estoque da dívida consolidada de R\$ 3,146 bilhões, para uma RCL de R\$ 10,426 bilhões.

Nos anos de 2012 a 2015, a situação do endividamento continua nesta mesma trajetória, ficando muito aquém do limite de 200% da LRF. O Quadro a seguir apresenta a dívida consolidada dos anos de 2009 a 2015.